



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 748/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1476/2015 (7 volumes).

Apenso: Processo nº 3396/2014 (3 volumes)

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - SEMAD.

4- Responsável: Sr. Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto, Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, exercício de 2014.

5- Unidade Técnica: DICAD – Informação nº 073/2016 (fls. 1229/1231).

6- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4060/2016–MP–EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 1232/1234).

7- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anuais. SEMAD. Exercício de 2014.

Contas Irregulares. Multas. Prazo. Cobrança Executiva. Determinação e Recomendação ao responsável. Ordem à próxima Comissão de Inspeção.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

8.1- À Unanimidade:

8.1.1- JULGAR IRREGULAR a prestação de contas do Senhor **Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto**, Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, exercício 2014, nos termos do art. 1º, II e art. 22, III, “b” da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 5º, II, da Resolução nº 04/2002 – R/TCE;

8.1.2- APLICAR MULTA ao Sr. **Serafim Pereira D'alvim Meirelles Neto**, ordenador de despesas da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, exercício 2014:

a) No valor de R\$ **8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial devido às restrições não sanadas dos itens 1, 2 e 3 do Relatório/Voto (referentes, respectivamente, as restrições nºs 1, 3 e 5 do Relatório Conclusivo nº 006/2016-DICAD-MA, fls. 854/879);



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 748/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

b) No valor de R\$ **10.960,32** (dez mil, novecentos e sessenta reais e trinta e dois centavos), com fulcro no art. 308, V, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, por ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, devido à restrição não sanada do item 6 do Relatório/Voto (referente a restrição nº 9 do Relatório Conclusivo nº 006/2016-DICAD-MA, fls. 854/879);

8.1.3- FIXAR PRAZO de 30 (trinta) dias para o recolhimento dos valores mencionados acima aos cofres da Fazenda Pública Estadual, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução nº 4/2002-TCE/AM;

8.1.4- AUTORIZAR, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da **Cobrança Executiva**, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM;

8.1.5- DETERMINAR ao atual responsável pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão-SEMAD, a correção das irregularidades observadas na análise das restrições constantes nos itens 1, 8 e 9 do Relatório/Voto (referentes, respectivamente, as restrições nºs 1, 12 e 13 do Relatório Conclusivo n. 006/2016-DICAD-MA, fls. 854/879);

8.1.6- RECOMENDAR ao atual responsável pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão-SEMAD que observe as indicações desta Corte propostas no item 7 do Relatório/Voto (referente a restrição nº 11 do Relatório Conclusivo n. 006/2016-DICAD-MA, fls. 854/879);

8.1.7- ORDENAR que a próxima Comissão de Inspeção *in loco* verifique o cumprimento das determinações emanadas deste Tribunal de Contas e, em especial, que verifique a situação dos 9 (nove) imóveis próprios desativados que pertencem à SEMAD, conforme observado no item 5 do Relatório/Voto (referente a restrição nº 7 do Relatório Conclusivo nº 006/2016-DICAD-MA, fls. 854/879);

8.2- Por Maioria:

8.2.1- APLICAR MULTA ao Sr. **Serafim Pereira D'alvim Meirelles Neto**, ordenador de despesas da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, exercício 2014, no valor de R\$ **1.096,03** (mil e noventa e seis reais e três centavos) por cada mês de competência em que houve atraso no envio de dados, via ACP, ou seja, de fevereiro a dezembro, totalizando o valor de R\$ **12.056,33** (doze mil e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos) com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 748/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

Vencido o Exmo. Sr. Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade de Multa por atraso de ACP.

9- Ata: 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 13 de Setembro de 2016.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral